



8º Seminário de Informação em Arte

18 e 19 de julho de 2023
Rio de Janeiro

**ESTUDOS DE PROVENIÊNCIA EM MUSEUS DE BELO HORIZONTE:
um recorte para conhecer as pinacotecas de dois museus municipais**

**PROVENANCE RESEARCH IN MUSEUMS OF BELO HORIZONTE: an
overview of the art galleries of two municipal museums**

Danieli Di Mingo, Universidade Federal de Minas Gerais, danidimingo@ufmg.br

Resumo

A cidade de Belo Horizonte (MG) foi a primeira capital de estado planejada do Brasil. Fundada em 1897, tem gravado em sua história o compromisso de ser cenário de marcantes articulações políticas acompanhado do viço do vanguardismo. Duas expressões desta vanguarda, entre outras, foram materializadas pela idealização das instituições museais: Museu Histórico Abílio Barreto, em 1943, e Museu de Arte da Pampulha, na década seguinte. Sendo assim, foram constituídas coleções em cada um dos museus que incluem suas respectivas pinacotecas. Com a nova cidade sucedeu uma nova sociedade a qual conservou o apreço pela arte, característica marcante da antiga capital Ouro Preto. Em consideração a isso, este trabalho propõe jogar luz sobre o processo pelo qual se deu a construção da memória artística da cidade de Belo Horizonte empregando a metodologia dos estudos de proveniência. A proveniência corresponde à origem do objeto para a coleção remetendo à sua cadeia de custódia, à sua propriedade (JOYCE, 2012); pode ser aplicada em diferentes campos de investigação, especialmente na pesquisa sobre obras de arte. A aplicação desta metodologia de pesquisa inclui assim, a análise das obras de arte com o intuito de examinar a existência de vestígios denominados marcas de proveniência, que forneçam informações sobre a propriedade da obra, juntamente com os documentos que as acompanham. Marcar objetos era uma prática comum entre colecionadores utilizada como forma de valorizar suas coleções além de identificá-las. O objetivo deste trabalho é, pois, demonstrar como os estudos de proveniência, método de pesquisa ainda incipiente nos museus brasileiros, são relevantes para estas instituições e o quanto podem contribuir para o aprofundamento da biografia das coleções.

Palavras-chave: museus; proveniência; coleções; informação; Belo Horizonte.

Abstract

The city of Belo Horizonte (MG) was the first planned state capital in Brazil. Founded in 1897, it has engraved in its history the commitment to be the scene of remarkable political articulations accompanied by the avant-garde spirit. Two expressions of this avant-garde, among others, were materialized by the idealization of museum institutions: Museu Histórico Abílio Barreto, in 1943, and Museu de Arte da Pampulha, in the following decade. Therefore, collections were constituted in each of the museums that include their respective art collections. With the new city came a new society which maintained the appreciation for art, a striking feature of the former capital Ouro Preto. In consideration of this, this work proposes to shed light on the process by which the construction of Belo Horizonte's artistic memory took place, using the methodology of provenance studies. Provenance corresponds to the origin of the object for the collection referring to its custody chain, to its property (JOYCE, 2012); it can be applied in different fields of investigation, especially in research on works of art. The application of this research methodology thus includes the analysis of works of art in order to examine the existence of vestiges called marks of provenance, which provide information about the ownership of the work, together with the documents that accompany them. Marking objects was a common practice among collectors used as a way of valuing their collections in addition to identifying them. The objective of this work is, therefore, to demonstrate how provenance studies, a still incipient research method in Brazilian museums, are relevant for these institutions and how much they can contribute to deepening the biography of collections.

Keywords: museums; provenance; collections; information; Belo Horizonte.

1 INTRODUÇÃO

Belo Horizonte, sede do Estado de Minas Gerais, é a primeira capital republicana do Brasil a ser erguida a partir da realização de um projeto urbanístico, sendo fundada em 12 de dezembro de 1897. A iniciativa para sua concepção visava a atender aos anseios políticos de se construir uma nova capital para as Minas Gerais republicanas, livre de vestígios de um passado colonial ou imperial, optando-se pela transferência da sede política e administrativa do Estado, então estabelecida na cidade de Ouro Preto, para o que viria a ser a nova capital, construída sobre os escombros do Arraial do Curral Del Rey, uma região geográfica de baixadas e morros circundada pela Serra do Curral. Para além das questões simbólicas, a antiga Capital Ouro Preto, outrora Vila Rica, está localizada em uma região montanhosa, de relevo acidentado, e argumentava-se que ela já não comportaria o crescimento populacional da urbe, tampouco poderia suportar o desenvolvimento que ainda estava por atingir.

Na esteira deste pensamento vanguardista, proposições para a modernização continuada da cidade e para a aderência a novas possibilidades de organização social sempre foram bem recebidas na Capital. Simultaneamente, a cidade – construída sobre uma vila arrasada, uma população desterrada e outra imigrante – carecia de um passado que servisse de sustentação para memórias de sua comunidade. Nos primeiros anos da década de 1940, sob a gestão do governo de Juscelino Kubitschek dois novos projetos ousados foram colocados para Belo Horizonte: a concepção de um museu histórico e a construção de ícones da arquitetura

moderna. A iniciativa de recolher objetos com vistas a preservar a memória de Belo Horizonte partiu do jornalista Abílio Barreto que recebeu o apoio do então prefeito. Para projetar as edificações no entorno da Lagoa da Pampulha, JK dispôs do trabalho do arquiteto modernista Oscar Niemeyer. Assim, na mesma década foi instituído o Museu Histórico de Belo Horizonte e erigido o que viria a se tornar o Conjunto Arquitetônico da Pampulha, um conjunto urbano de edificações composto pela Casa do Baile, pelo Iate Golfe Clube, pela Igreja de São Francisco, pela antiga residência de Juscelino Kubitschek, e pelo Cassino. Este último transformado na década seguinte no Museu de Arte de Belo Horizonte. Os museus aqui abordados, atualmente denominados Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB)¹ e Museu de Arte da Pampulha (MAP)², configuram como instituições museais de salvaguarda e preservação da memória e do patrimônio cultural, e encontram-se sob a égide da Fundação Municipal de Cultura do município de Belo Horizonte. Abrigam em seus acervos coleções de obras de arte incluindo suas pinacotecas, nas quais faz-se aqui um recorte para abordarmos o assunto das marcas de proveniência, intrínseco ao tema 'Informação em Arte'. Em conjunto com suas obras as instituições pesquisam e preservam informações relacionadas a cada uma, o que vem a compor a documentação museológica.

Diante do exposto, este trabalho pretende demonstrar a importância da aplicação dos estudos de proveniência em museus como procedimento de pesquisa agregando a esta função museológica - a pesquisa - uma metodologia que busca rastrear e conhecer a cadeia de propriedade dos objetos musealizados, dando destaque a obras de arte pictóricas. Para mais, revelar como é factível delinear a biografia dos objetos recolhidos aos museus, o que contribui sobremaneira com a expansão de informações acerca das coleções musealizadas.

2 DESENVOLVIMENTO

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, no advento da Modernidade, acontece o crescimento exponencial de obras de arte, o que resulta no excesso de informações a serem digeridas pelo público visitante dos museus, ao passo que corria-se o risco dessas informações não serem assimiladas. Sobrevém daí a conscientização sobre a memória artística, o que inclui a documentação gerada em torno das obras de arte. A História da Arte é o campo de estudos que vem dar conta de suprir a necessidade do estudo, do controle e da divulgação deste

¹ Foi designada a nova denominação como homenagem ao idealizador do museu, o funcionário público Abílio Barreto.

² Teve sua designação alterada para ser consolidado como parte integrante do Complexo Arquitetônico da Pampulha.

movimento de preservação e de organização das coleções (TORRES, 2002, p.19). No período oitocentista³ da arte que abrange o séc. XIX, período conhecido pela Revolução Industrial e o avanço de novas tecnologias de produção, destacam-se movimentos artísticos criados a partir de novos comportamentos sociais motivados pelo individualismo gerado ante o novo conceito de urbanidade, distando da vida e costumes campestres. Ao traçar um paralelo com esta constatação defronta-se, no Brasil, com as mudanças na forma de governo que passa da monarquia para república, proclamada em 1889. Em Minas Gerais, vem à tona a iniciativa política da mudança da sede da capital do Estado como exposto anteriormente. À vista disso, torna-se plausível compreender a composição desta nova sociedade que se formava, e neste trabalho busca-se esta compreensão por meio da arte preservada nos dois museus supramencionados, escolhidos como objeto de estudo por representarem o vanguardismo da cidade de Belo Horizonte. Conhecer como se deu a formação da pinacoteca de cada museu oferece a cada um deles a possibilidade de entendimento mais aprofundado sobre as aquisições em suas coleções de pinturas. As coleções dos referidos museus foram constituídas de maneiras semelhantes todavia por fontes diversificadas. Ao serem idealizados, receberam doações por parte da prefeitura e também de membros da sociedade, além de compras pelas próprias instituições. No museu de tipologia artística, além das formas de aquisição citadas acima, obras advindas dos Salões Nacionais de Arte de Belo Horizonte, promovidos pela prefeitura, também foram incorporadas ao primeiro acervo. Intentou-se nesta instituição abrigar e preservar obras de arte ao reativar a edificação de arquitetura modernista, o Cassino da Pampulha, cuja desativação aconteceu em 1946. No museu de tipologia histórica os processos de seleção e de coleta foram realizados especialmente por Abílio Barreto com a assistência de Raul Tassini. Sob concepções diferentes e complementares a respeito do acervo a ser constituído, foram formadas três coleções: a coleção Arraial Curral Del Rey, a coleção da Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) e a coleção de retratos de personalidades da época. De forma organizada e adequada à legislação pertinente⁴ as pinacotecas em questão encontram-se devidamente amparadas pela documentação museológica. Assim sendo, é importante e considerável que os museus procurem manter preservadas além das pinturas, a documentação que as acompanha, e empreendam o aprofundamento nas pesquisas a respeito

³ Adjetivo que indica uma coisa relativa ao século XIX ou classifica uma pessoa que viveu no século XIX, ou também pode designar um indivíduo que aprecia obras artísticas e literárias do século XIX ou que é um conhecedor da cultura dessa época.

⁴ De acordo com o art. 39 da Lei. nº. 11.904 de 2009, conhecida como Estatuto dos Museus, é obrigação dos museus manter a documentação sistematicamente atualizada sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários.

de suas coleções. Na documentação museológica investigada (livro de tomo, inventários, fichas catalográficas) constata-se que os campos de informação usuais são: data de aquisição, forma de aquisição, procedência, descrição da obra e histórico. Observa-se, portanto, a ausência do campo 'proveniência' o qual corresponde mais especificamente à cadeia de propriedade das obras. Para isto, a aplicação da metodologia dos estudos de proveniência visa a somar esforços e contribuir demasiadamente na busca por mais informações acerca das coleções, rastreando o itinerário que antecede a sua procedência para o museu, a sua origem. Com isso, são acrescentadas à biografia das obras informações anteriores, incluindo a sequência de propriedade. Os estudos de proveniência abrangem, pois, uma investigação com base nas informações já conhecidas pelo museu sobre a obra, em conjunto com a análise da própria obra, onde se verificam a existência de marcas e vestígios que revelem novas informações. Assim, compreende-se que as marcas de proveniência são entendidas como marcas de propriedade, podendo ser assinaturas, etiquetas, carimbos, selos, inscrições, anotações de datas, rubricas etc. Estas marcas podem estar registradas explicitamente ou não, a depender da intenção do proprietário que fez tal marcação. Há coleções em que a escolha da moldura padronizada representa a identificação de uma coleção, logo, da propriedade. As marcas de proveniência despertam para a imaterialidade das histórias que acompanham cada obra de arte, além de que, recorrendo à proveniência de uma obra é possível mudar a interpretação de uma coleção ou dar a ela novas conotações. Outrossim, a linha de propriedade de uma obra tende a valorizar sua relevância quando o museu remonta a sua existência pregressa.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de um acontecimento político e social tão expressivo - o planejamento e a subsequente execução do projeto de construção de uma capital de estado, ocorrido ao final do século XIX -, muitas questões são suscitadas em torno da sociedade que a ela pertence. Sob o aspecto cultural, social e econômico da arte, propôs-se neste trabalho justificar a importância da aplicação dos estudos de proveniência como método de pesquisa em museus, ressaltando o recorte em pinacotecas e a escolha das instituições.

Em uma primeira análise das obras elencadas, as marcas de proveniência observadas indicam para uma história individual das pinturas e das coleções no processo de formação dos respectivos acervos. Com a continuidade da pesquisa acadêmica da qual deriva este trabalho, espera-se chegar à procedência dessas pinturas, confirmando e revelando sua cadeia de propriedade além da autoria.

REFERÊNCIAS

JOYCE, Rosemary A.. From Place to Place: Provenience, Provenience, and Archaeology. In: FEIGENBAUM, G.; REIST, Inge J. (ed.). **Provenance: An Alternate History of Art**. Los Angeles: Getty Research Institute, 2013.

TORRES, María Teresa Marín. **Historia de la documentación museológica: la gestión de la memoria artística**. Gijón: TREA, 2002.

BRASIL. Lei Nº. 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Dispõe sobre a instituição do Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111904.htm. Acesso em: 05 mai. 2023.